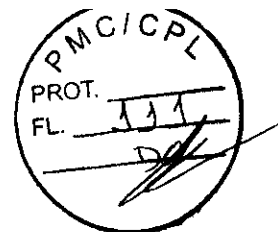




ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021 – SEMAS – PMC

CONTRATO DE SERVIÇO EMERGENCIAL QUE  
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMETÁ /  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E A EMPRESA F PORTILHO GONÇALVES  
EIRELI-ME.

Por este instrumento, de um lado, como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE CAMETÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.105.283/0001-50, neste ato representado por sua Prefeitura Municipal, com sede à Tv. Gentil Bittencourt, Nº 01, bairro Centro, CEP 68.400-000, nesta cidade de Cametá/PA, neste ato representado por seu prefeito, **Sr. Victor Correa Cassiano**, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 002.498.652-62 e portador da cédula de identidade nº 6200730 SSP/PA, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com sede à Rua 13 de maio, S/Nº, bairro Centro, CEP 68.400-000, nesta cidade de Cametá – Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.973.282/0001-46, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Assistência Social, **Sr.ª. ELANE PINTO CASSIANO**, portador do CPF sob o nº: 009.252.512-16, titular do registro de identidade nº: 61157-52. PC/PA; e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa **F PORTILHO GONÇALVES EIRELI-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.369.151/0001-29, estabelecida na Travessa Dorn Romualdo de Seixas, Nº 357, Bairro Centro, CEP: 68400-000, Cametá/PA, neste ato representado por seu representante legal Sr. **Fernando Portilho Gonçalves**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 933.383.332-34 e portador da cédula de identidade nº 4992906, Polícia Civil/PA, conforme Dispensa de Licitação 005/2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 - O presente instrumento tem por base a **Dispensa de Licitação nº 005/2021**, com fundamento no **art. 24, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93**.

1.2 – A Proposta Comercial constante das fls 21/22, é parte integrante e indivisível do presente contrato e será considerada aceita automaticamente após assinatura deste instrumento.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ



**CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

2.1 - O presente Contrato tem por objeto a contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços de acesso à internet via rádio e via fibra, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá/Secretária Municipal de Assistência Social.

2.2. Discriminação do objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Serviços de acesso à internet via rádio e via fibra, Prefeitura Municipal de Cametá / Secretaria Municipal de Assistência Social, autarquias, departamentos e assemelhados.	01	30 MEGAS	R\$: 196,67	R\$: 5.900,10
VALOR TOTAL MÊS					<b>R\$: 5.900,10</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1 - O presente Contrato vigorará por **06 (seis) meses**, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

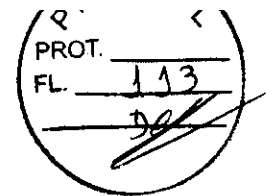
3.2. Considerando tratar-se de prestação de serviços emergencial formalizado para o atendimento das parcelas mínimas necessárias a afastar a situação de emergência, este contrato poderá ser rescindido antes do prazo constante no item 3.1, mediante notificação com o prazo de 10 (dez) dias de antecedência, tão logo o processo de contratação regular seja concluído.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

4.1- A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor correspondente ao consumo de internet efetivamente realizado na competência de cada mês, obedecendo os valores unitários constantes na cláusula 2.2 deste instrumento, limitando-se ao valor global de **R\$: 35.400,60 (trinta e cinco mil, quatrocentos reais e sessenta centavos)**, conforme a proposta constante dos autos.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ



4.2 – A fatura deverá ser paga observando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação no protocolo da **CONTRATANTE**.

4.3 - Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto deste Contrato são próprios e estão previstos no orçamento da Prefeitura Municipal de Cametá / Secretária Municipal de Assistência Social para o exercício corrente, conforme a seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 27 – SEMAS – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 08.122.0052.2.019 – MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

FONTE DE RECURSOS: 001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

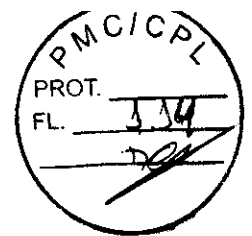
**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE.**

5.1 - O valor constante da cláusula anterior não poderá ser reajustado, dada a pontualidade dos serviços.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no processo de contratação;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento com as especificações constantes do processo de contratação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado: e
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no processo de contratação e seus anexos;



6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na proposta, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) disponibilizar o atendimento na administração com o adequado, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição, devidamente assinadas pelo setor competente;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos serviços prestados;

c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

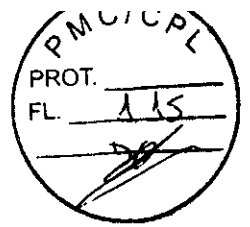
d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da



Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ



e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

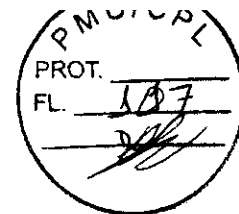
10.1. Fica assegurado às partes contratantes o direito de rescindir o presente instrumento mediante prévio e expresso aviso a ser dado pela parte interessada;

10.1.1. Em caso de rescisão contratual sem culpa da **CONTRATADA**, as parcelas vincendas serão exigíveis antecipadamente;

10.2. Caracterizada a rescisão do presente contrato baseada no item anterior, as partes, mesmo assim, ficam obrigadas a cumprir as suas Cláusulas e Condições, até o fim do prazo estabelecido



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ



para rescisão, não eliminando nem atenuando as suas responsabilidades no cumprimento do disposto neste instrumento;

10.3. O presente Contrato poderá ainda ser rescindido, mediante notificação, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos casos de:

10.3.1. Omissão de Pagamento pela **CONTRATANTE**; e

10.3.2. Inadimplência de qualquer das Cláusulas deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

11.1. O presente contrato será publicado de forma reduzida pela **CONTRATANTE** no Portal da Transparência do município, bem como no mural do mesmo, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

12.1. As partes elegem Foro da Cidade de Cametá, Estado do Pará, para dirimir quaisquer divergências decorrentes do presente pacto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para todos os efeitos legais.

VICTOR  
CORREA  
CASSIANO:00  
249865262

Assinado de forma  
digital por VICTOR  
CORREA  
CASSIANO:00249865262  
Dados: 2021.02.12  
18:55:00 -03'00'

Cametá, 12 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ/PA

Victor Correa Cassiano

Contratante

*Elane Pinto Cassiano*

Secretaria Municipal  
da Assistência Social  
E.O. 003/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elane Pinto Cassiano

Contratante



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ



F PORTILHO  
GONCALVES  
EIRELI:20369151000129

Assinado de forma digital por F PORTILHO  
GONCALVES EIRELI:20369151000129  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PA, l=CAMETA,  
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RECEITA-CNPJ A3, ou=2391/967050105,  
cu=presencial, cn=F PORTILHO GONCALVES  
EIRELI:20369151000129  
Dados: 2021.02.12 08:33:57 -04'00'

F PORTILHO GONÇALVES EIRELI-ME

Fernando Portilho Gonçalves

Contratada

TESTEMUNHAS:

1- Fernando Portilho Gonçalves

NOME:

CPF: 969.889.162-53

2- Yamile Fereis Castro

NOME:

CPF: 800.588.412-53